

Deleuze e Guattari à luz da crítica de Spivak



Por **BERNARDO JOÃO DO REGO MONTEIRO MOREIRA***

Considerações obre o conceito de interesse para Deleuze e uma resposta possível ao problema do subalterno

Gayatri Spivak apresenta no livro *Pode o subalterno falar?* uma construção teórica importantíssima acerca dos debates pós-coloniais sobre a subalternidade. Tal contribuição não se deve apenas por denunciar a constituição do sujeito subalterno como efeito do discurso dominante, mas por criticar a forma como intelectuais de esquerda no Primeiro Mundo estariam corroborando com tal discurso ao “ignora[rem] sistematicamente a questão da ideologia” (SPIVAK, 2010, p. 27) e ao supor um “sujeito subalterno irrepresentável que possa saber e falar por si mesmo” (*ibid*, p. 78).

Os intelectuais em questão são Michel Foucault e Gilles Deleuze (e, por consequência, seu colaborador Félix Guattari), analisados a partir de sua conversa em *Os intelectuais e o poder: Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze*. A crítica de Spivak se debruça sobre um conjunto extenso de temas discutidos por Foucault e Deleuze; discutiremos aqui um dos pontos centrais de tal crítica: o conceito de interesse para Deleuze.

A primeira referência de Spivak a esse problema aparece em: “Ao deixar de considerar as relações entre desejo, poder e subjetividade, Deleuze e Guattari ficam incapacitados de articular uma teoria dos interesses. Nesse contexto, sua indiferença à ideologia — uma teoria que é necessária para a compreensão dos interesses — é notável, mas consistente.” (*ibid*, p. 32).

Tal desconconsideração de Deleuze e Guattari às relações entre desejo, poder e subjetividade seriam decorrentes de sua teoria das máquinas desejantes no inconsciente, que maquinam conexões, disjunções e conjunções com objetos parciais, sendo o sujeito: “... Produzido como resíduo ao lado da máquina, apêndice ou peça adjacente à máquina (...) O próprio sujeito não está no centro, ocupado pela máquina, mas na borda, sem identidade fixa, sempre descentrado, concluído dos estados pelos quais passa” (DELEUZE, GUATTARI, 2011, p. 35).

O conceito do sujeito como resíduo é produzido a partir da crítica ao subjetivismo corrente na psicanálise, crítica essa explícita em trechos como: “O inconsciente não segue as vias de uma geração em progressão (ou em regressão) (...) O único sujeito da reprodução é o próprio inconsciente contido na forma circular da produção” (*ibid*, p. 147). Com isso, a subjetividade não está excluída, mas é pensada como produzida a partir das sínteses conjuntivas do inconsciente, o que rompe com qualquer anterioridade do sujeito em relação ao processo desejante.

O sujeito da teoria da produção desejante de Deleuze e Guattari não possui ingerência sobre os processos em que se envolve para se adequar à crítica de Spivak contra uma concepção de um sujeito “de passaporte forte”, apesar da autora compreender seu caráter de sujeito-efeito (SPIVAK, 2010, p. 31). Entretanto, para compreender a extensão da crítica de Spivak, é necessário entender a posição desse sujeito nômade de Deleuze e Guattari no debate da teoria dos interesses. Para Spivak, o problema se situa na “oposição mecanicamente esquemática entre o interesse e o desejo” (*ibid*, p. 34).

É preciso então analisar tal teoria do interesse como ela aparece em *O anti-Édipo*: “Não é uma questão de ideologia. Há um investimento libidinal inconsciente do campo social, que *coexiste*, embora não coincida necessariamente, com os investimentos pré-conscientes ou com aquilo que os investimentos pré-conscientes “deveriam ser”.” (DELEUZE, GUATTARI, 2011, p. 142).

De saída, a questão da ideologia não é de forma alguma ignorada, apesar da frase polêmica que inicia essa citação. Porém,

se ultrapassadas as aparências imediatas e investigadas as significações de tal concepção, torna-se claro que a coexistência não-coincidente que Deleuze e Guattari descrevem indica, não apenas que há um campo para a ideologia, mas que este se relaciona com o inconsciente. Se os investimentos libidinais inconscientes do campo social dizem respeito à instância da produção desejante na qual o sujeito é apenas um resto, os investimentos pré-conscientes absorvem a significação que Freud atribui ao pré-consciente: "... chamamos o sistema *Cs* [consciência] também de "pré-consciente". Se ocorrer que também o tornar-se consciente do pré-consciente seja codeterminado por uma certa censura, então discriminaremos de modo mais rigoroso os sistemas *Pcs* e *Cs*. Por enquanto basta ter em mente que o sistema *Pcs* partilha as propriedades do sistema *Cs* e que a censura rigorosa cumpre seu papel na passagem do *Ics* [inconsciente] para o *Pcs*." (FREUD, 2010, p. 82).

Para compreender a relação entre o que Deleuze e Guattari entendem como investimentos inconscientes e pré-conscientes em sua teoria dos interesses, Freud será também a referência: "Na fronteira do *Pcs*, o *ics* é rechaçado pela censura, e derivados dele podem contornar essa censura, organizar-se superiormente, crescer no *Pcs* até atingir certa intensidade no investimento, mas depois de a haver ultrapassado, ao procurar se impor à consciência, são reconhecidos como derivados do *ics* e novamente reprimidos na nova fronteira de censura entre *Pcs* e *Cs*." (*ibid*, p. 98-99).

Para Freud, assim como para Deleuze e Guattari, a relação entre o pré-consciente (enquanto parte do sistema da consciência) e o inconsciente se expressa pela censura e repressão dos fluxos de desejo da produção inconsciente. Tal economia libidinal orientará então a análise de Deleuze e Guattari para uma relação que excede uma mera oposição mecânica entre os dois: "Por isso, quando sujeitos, indivíduos ou grupos vão manifestamente contra seus interesses de classe, quando aderem aos interesses e ideais de uma classe que a sua própria situação objetiva deveria determiná-los a combater, não basta dizer: eles foram enganados, as massas foram enganadas. Não é um problema ideológico, de desconhecimento e ilusão, mas um problema de desejo, e o desejo faz parte da infraestrutura. Os investimentos pré-conscientes ocorrem ou deveriam ocorrer segundo os interesses de classes opostas. Mas os investimentos inconscientes ocorrem segundo posições de desejo e de usos de síntese, que são muito diferentes dos interesses do sujeito individual ou coletivo que deseja" (DELEUZE, GUATTARI, 2011, p. 142-143).

A coexistência não-coincidente não é, portanto, uma oposição, mas uma relação entre dois campos de investimentos que possuem interseções e descompassos. Afinal, a não-coincidência não é necessária, porém não há nada que indique que ela não possa ocorrer. Pelo contrário, tal possibilidade está posta em Deleuze e Guattari, mesmo que Spivak busque negá-la por uma citação que é sintomaticamente recortada. No texto de Spivak, a última parte da resposta de Deleuze à Foucault é oculta: "É que talvez em termos de investimentos, tanto econômicos quanto inconscientes, o interesse não seja a última palavra; há investimentos de desejo que explicam que se possa desejar, não contra seu interesse — visto que o interesse é sempre uma decorrência e se encontra onde o desejo o coloca — mas desejar de uma forma mais profunda e mais difusa do que seu interesse" (DELEUZE *apud* FOUCAULT, 1979, p. 76).

A relação entre desejo e interesse para Deleuze, que não coincide por ser possível que o desejo opere de forma mais profunda e difusa que o caráter fundamentalmente opositivo do interesse das classes antagônicas, é produto de um conflito repressivo entre o investimento inconsciente e o "contrainvestimento" pré-consciente, como diria Freud (FREUD, 2010, p. 88). Desse modo, não se trata de um sujeito desejante apartado dos interesses de classe, mas de uma produção desejante inconsciente que não se confunde com os interesses do sujeito individual ou coletivo. Em vez de uma exclusão ou ignorância, uma outra relação de dependência: "a ideologia, o Édipo e o falo nada têm o que fazer aqui, porque eles dependem disso, em vez de estarem no seu princípio" (DELEUZE, GUATTARI, 2011, p. 143).

A acusação da reintrodução de um "sujeito indivisível" (SPIVAK, 2010, p. 35) perde, então, sua base fundamental. A distinção entre formas de representação que Spivak mobiliza para criticar a concepção de um sujeito indivisível que seria suposta pelos autores, acaba sendo um tanto semelhante à uma série de análises destes, pelo menos no caso de Deleuze: "O agenciamento de classe pleno (se tal coisa existisse) (...) é uma substituição contestadora, assim como uma apropriação (um suplemento) de algo que é "artificial", para começar — "as condições econômicas de existência que separam seu modo de vida." (*ibid*, p. 49).

"Organizar uma bipolarização do campo social, uma bipolaridade de classes, foi a tarefa do movimento socialista revolucionário. Claro que podemos conceber uma determinação teórica da classe proletária no nível da produção (aqueles de quem a mais-valia é extorquida), ou no nível do dinheiro (renda salarial). Mas tais determinações são demasiado

estreitas ou demasiado largas; o ser objetivo que elas definem como interesse de classe permanece puramente virtual enquanto não se encarna numa consciência que certamente não o cria, mas que o atualiza num partido organizado, apto a se propor à conquista do aparelho de Estado.” (DELEUZE, GUATTARI, 2011, p. 338).

Tanto em Spivak como em Deleuze e Guattari, o artifício que o proletariado constrói no campo político, em vez de um mero tomar consciência de sua posição, é um agenciamento. A diferença entre Spivak e Deleuze e Guattari não se situa em uma mera ignorância dos últimos acerca das questões da representação política, mas que Deleuze e Guattari a pensam em termos da relação entre investimentos inconscientes e investimentos pré-conscientes: “É que o interesse de classe continua sendo da ordem dos grandes conjuntos molares; ele apenas define um pré-consciente coletivo, necessariamente representado numa consciência distinta, a respeito da qual nem sequer se pode perguntar, nesse nível, se trai ou não esse interesse, se aliena ou não, se deforma ou não. O verdadeiro inconsciente está, ao contrário, no desejo de grupo, que põe em jogo a ordem molecular das máquinas desejantes” (ibid, p. 340).

Por isso, a questão da representação para Deleuze e Guattari é um epifenômeno: se a Revolução Russa, por exemplo, foi bem sucedida em organizar tal bipolaridade de classes, ou seja, investimentos pré-conscientes revolucionários, seu problema foi a mobilização de investimentos inconscientes reacionários, ou seja, “conforme ao interesse da classe dominante”, já que se organiza em termos da “dominação da sua vanguarda de consciência ou de partido, isto é, (...) uma burocracia ou de uma tecnocracia que valem pela burguesia como “grande ausente”” (ibid, p. 144; p. 339). Aparece então um novo problema político: como fazer coincidir investimentos pré-conscientes revolucionários e investimentos inconscientes também revolucionários?

Com tal compreensão da teoria do interesse em Deleuze e Guattari, é possível fazer uma crítica da crítica de Spivak. Se ela pode talvez ser aplicada à Foucault (o que não compete a esse texto), ela não se aplica à Deleuze. É possível também entender o motivo pelo qual Deleuze critica aqueles que falam pelos oprimidos: “É a natureza dos investimentos de desejo em relação a um corpo social que explica porque partidos e sindicatos, que teriam ou deveriam ter investimentos revolucionários em nome dos interesses de classe, podem ter investimentos reformistas ou perfeitamente reacionários ao nível do desejo.” (DELEUZE *apud* FOUCAULT, 1979, p. 76-77).

Spivak diz que tal paradigma “pós-representacionista esconde uma agenda essencialista” (SPIVAK, 2010, p. 76), o que não se sustenta tendo em vista a teoria dos interesses de Deleuze e Guattari. Uma política revolucionária pós-representacionista não aposta numa identidade entre desejo e interesse, mas em uma luta incessante contra a fixidez de que agenciamentos coletivos podem tomar ao promoverem práticas políticas identitárias de integração à maioria: “De maneira geral, as minorias tampouco recebem solução para seu problema por integração, mesmo com axiomas, estatutos, autonomias, independências. Sua tática passa necessariamente por aí; mas, se elas são revolucionárias, é porque trazem um movimento mais profundo que recoloca em questão a axiomática mundial. A potência de minoria, de particularidade, encontra sua figura ou sua consciência universal no proletário. Mas, enquanto a classe trabalhadora se define por um estatuto adquirido ou mesmo por um Estado teoricamente conquistado, ela aparece somente como “capital”, parte do capital (capital variável) e não sai do plano do capital. Quando muito o plano se torna burocrático. Em compensação, é saindo do plano do capital, não parando de sair dele, que uma massa se torna sem cessar revolucionária e destrói o equilíbrio dominante dos conjuntos numeráveis” (DELEUZE, GUATTARI, 2012, p. 188-189).

Com Deleuze e Guattari, portanto, temos uma resposta possível ao problema do subalterno: se esta posição é um mero efeito do discurso dominante e por isso o subalterno não pode falar, sua tarefa política é então tornar-se conjunto não-numerável, combater a simples integração e lutar sem cessar contra o plano do capital. Dessa forma, enfim, a crítica de Spivak ao caráter monotônico da representação em Deleuze é base para um ricochete crítico ao caráter monotônico da teoria do interesse em Spivak, que vê apenas investimentos pré-conscientes, onde há, também e primordialmente, investimentos inconscientes.

***Bernardo João do Rego Monteiro Moreira** é graduando em ciência política na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Referências

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo*. São Paulo: Ed. 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. Vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 2012.

FOUCAULT, Michel. "Os intelectuais e o poder: Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze". In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREUD, Sigmund. "*O Inconsciente*". In: *Obras Completas Volume 12: Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

A Terra é Redonda